

Violência sexual infantojuvenil no Brasil: um panorama de seus determinantes e da maneira como se relacionam

Child and adolescent sexual violence in Brazil: an overview of its determinants and the way they are related

Marcos Vinicius Teixeira Martins¹ , Gilberto de Araújo Pereira² 

1. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. 2. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Objetivo: construir um panorama diagnóstico da violência sexual infantojuvenil assistida no sistema de saúde no Brasil. **Métodos:** estudo transversal, analítico, realizado com dados do Ministério da Saúde a respeito da violência sexual infantojuvenil no Brasil, no período de 2010 a 2021. Foram conduzidas análises de estatística descritiva e multivariadas, por meio das técnicas de Análise de Correspondências Múltiplas e de Clusterização Hierárquica. **Resultados:** observou-se grande importância associada à presença de vítimas do sexo feminino, solteiras, adolescentes, que têm práticas sexuais apenas com homens, em ambiente residencial, na ausência de ex-cônjuge, patrão, madrasta ou cuidador no momento da ocorrência. Notou-se também, importância associada aos casos de recorrências, à coocorrência de violência física e psicológica, bem como relacionada à participação de pais, namorados e conhecidos como violentadores. Além disso, identificou-se que as ocorrências em via pública parecem estar mais associadas a vítimas de baixa escolaridade. **Conclusão:** a violência sexual infantojuvenil no Brasil se estabelece, portanto, como um importante problema social, cultural, de segurança e saúde pública. Foi possível explorar os principais parâmetros associados às ocorrências no país, permitindo, assim, a possibilidade de sua aplicação em ferramentas e serviços de assistência.

Palavras-Chave: epidemiologia; saúde pública; violência sexual; violência infantil.

Abstract

Objective: build a diagnostic overview of child and adolescent sexual violence assisted in the health system in Brazil. **Methods:** a cross-sectional, analytical study carried out with data from the Ministry of Health regarding child and adolescent sexual violence in Brazil from 2010 to 2021. Descriptive and multivariate statistical analyses were conducted using Multiple Correspondence Analysis and Hierarchical Clustering. **Results:** there was great importance associated with the presence of female victims, singles, and teenagers who have sexual practices only with men in a residential environment, in the absence of a former spouse, boss, stepmother, or caregiver at the time of the occurrence. It was also noted the importance associated with cases of recurrence, the co-occurrence of physical and psychological violence, as well as related to the participation of parents, boyfriends, and acquaintances as perpetrators. Furthermore, it was identified that incidents on public roads seem to be more associated with victims with low education. **Conclusion:** child and adolescent sexual violence in Brazil is, therefore, established as an important social, cultural, safety, and public health problem. It was possible to explore the main parameters associated with occurrences in the country, thus allowing the possibility of its application in assistance tools and services.

Keywords: epidemiology; public health; sex offenses; child abuse.

INTRODUÇÃO

A violência sexual pode ser conceituada como qualquer situação na qual se faz o uso de intimidação, coerção, força física ou posição de poder para obrigar alguém a participar ou presenciar qualquer forma de interação sexual, ou mesmo usar de sua sexualidade com fins de vingança, financeiros ou qualquer outra intenção¹. Quando estabelecida contra crianças e adolescentes, essa definição passa a contemplar qualquer tipo de comportamento, jogo ou artifício, visando a estimular um comportamento de natureza sexual com a finalidade de obtenção de satisfação sexual por parte de um agressor que se encontra em um estágio de desenvolvimento psicológico sexual superior ao da vítima². Nessa conjuntura, é possível notar a conformação adultocêntrica desse fenômeno, marcado pelo desequilíbrio nas relações de poder estabelecidas, em que o adulto domina e se apropria da criança ou adolescente,

deslocando-os de sua situação de sujeitos de direitos e tratando-os como instrumentos de alívio sexual².

As consequências associadas a esse tipo de ocorrência podem ser bastante graves e compreendem desde infecções sexualmente transmissíveis (IST), predisposição a doenças crônicas, como câncer, diabetes e doenças cardiovasculares, até dependência química, ansiedade, agressividade e comprometimento do desempenho cognitivo e escolar³. Dessa forma, os impactos proporcionados por esse tipo de experiência adversa podem-se perpetuar por gerações⁴.

Considerando a multicausalidade e complexidade inerente a essa conjuntura, a abordagem e o enfrentamento desse problema exigem um conhecimento aprofundado de sua

Autor correspondente: Marcos Vinicius Teixeira Martins. endereço: Av. Pará - 1720 - Bairro Umuarama, Uberlândia - MG. E-mail de contato: mvtmartins@gmail.com

Conflito de interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Submetido em: 25 Maio 2023 Revisado em: 25 Set 2023; 21 Jun 2024 Aceito em: 29 Jul 2024

2 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

extensão, características e consequências⁵. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi construir um panorama diagnóstico da violência sexual infantojuvenil assistida no sistema de saúde no Brasil, no período de 2010 a 2021, a partir de dados secundários notificados e registrados no DATASUS, segundo os meios, as formas e os contextos de ocorrência.

MÉTODOS

Este é um estudo de natureza transversal, retrospectivo e analítico, realizado com dados provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), que é abastecido por meio de investigações e notificações de doenças e agravos especificados na lista do Ministério da Saúde de doenças e agravos de notificação compulsória.

A população de estudo foi constituída por todos os casos de notificações de violência sexual infantojuvenil, envolvendo vítimas com idades entre 0 e 19 anos, registrados no Brasil no período de 2010 a 2021.

Para a seleção dos casos, foi utilizado como critério de adesão à completude das informações de interesse, referentes aos dados socioeconômicos das vítimas, características dos agressores, bem como locais e contextos de ocorrência. Além disso, foram excluídos todos os casos nos quais se constataram dados incompletos ou ausentes.

O procedimento de coleta dos dados foi realizado por meio do Sistema de Transferência de Arquivos do DATASUS, sendo exportadas, no formato de planilhas, as informações registradas sobre as ocorrências de violência sexual infantojuvenil, de acordo as especificações acima mencionadas. As variáveis utilizadas na condução do estudo, conforme a maneira como estão nomeadas nas fichas de notificação, pertinentes às vítimas: idade, sexo, raça/cor e escolaridade, bem como referentes à presença de deficiências física, auditiva, mental, visual e transtornos mentais ou comportamentais. Quanto às circunstâncias de ocorrência, foi avaliado o local específico da ocorrência, ou seja, se a residência do indivíduo, habitação coletiva, escola, local de prática esportiva, bar ou similar, via pública, comércio/serviços e indústrias/construção. Em relação ao acontecimento propriamente dito, foi analisado se é uma recorrência, bem como a concomitância com outras formas de violência, como aquelas de natureza física (autoprovocada ou não), psicológica, tortura, negligência ou abandono, tráfico de seres humanos, financeira e trabalho infantil.

Na análise das características do agressor, foram avaliados o número de envolvidos, a relação com a pessoa violentada, o sexo e a possibilidade de uso de álcool.

As análises estatísticas foram realizadas por meio do software *RStudio*, sendo, inicialmente, conduzida uma análise estatística descritiva, a partir de frequências relativas. A pré-seleção das variáveis para a análise multivariada se deu com base no resultado de análises bivariadas de estatísticas

Qui-quadrado, sendo eliminadas todas aquelas que não apresentaram evidências de associação com, pelo menos, uma das demais, em níveis de significância de $p < 0,05$. O conjunto selecionado foi, então, utilizado para alimentar uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) por matriz Binária e para um melhor entendimento de seus resultados da mesma, foi feito o uso das técnicas de Clusterização Hierárquica, pelo critério de menor distância, visando à redução de dimensionalidades da ACM, tendo como resultado final a produção de um dendrograma baseado na inércia total do sistema de dados⁶.

Por fim, ressalta-se que os dados usados no presente estudo, extraídos do DATASUS, são de domínio público e de natureza secundária, não sendo possível a identificação de participantes. Dessa forma, não foi necessária a submissão do presente estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as normas de ética vigentes no País, estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016⁷.

RESULTADOS

Foi considerado um total de 249.275 notificações de casos de violência sexual infanto-juvenil registrados no Brasil, no período de 2010 a 2021, após a exclusão de 12.434 casos, devido à constatação de dados incompletos ou ausentes. Foi observado o predomínio de vítimas do sexo feminino (85,33%), brancas (34,94%) e pardas (45,68%), solteiras (43,72%), bem como adolescentes (51,92%). No que se refere às características da ocorrência da violência sexual, observou-se uma importante participação de recorrências (39,17%), da coocorrência das formas de violência física (19,23%) e psicológica (25,68%), além do predomínio do ambiente residencial (65,26%).

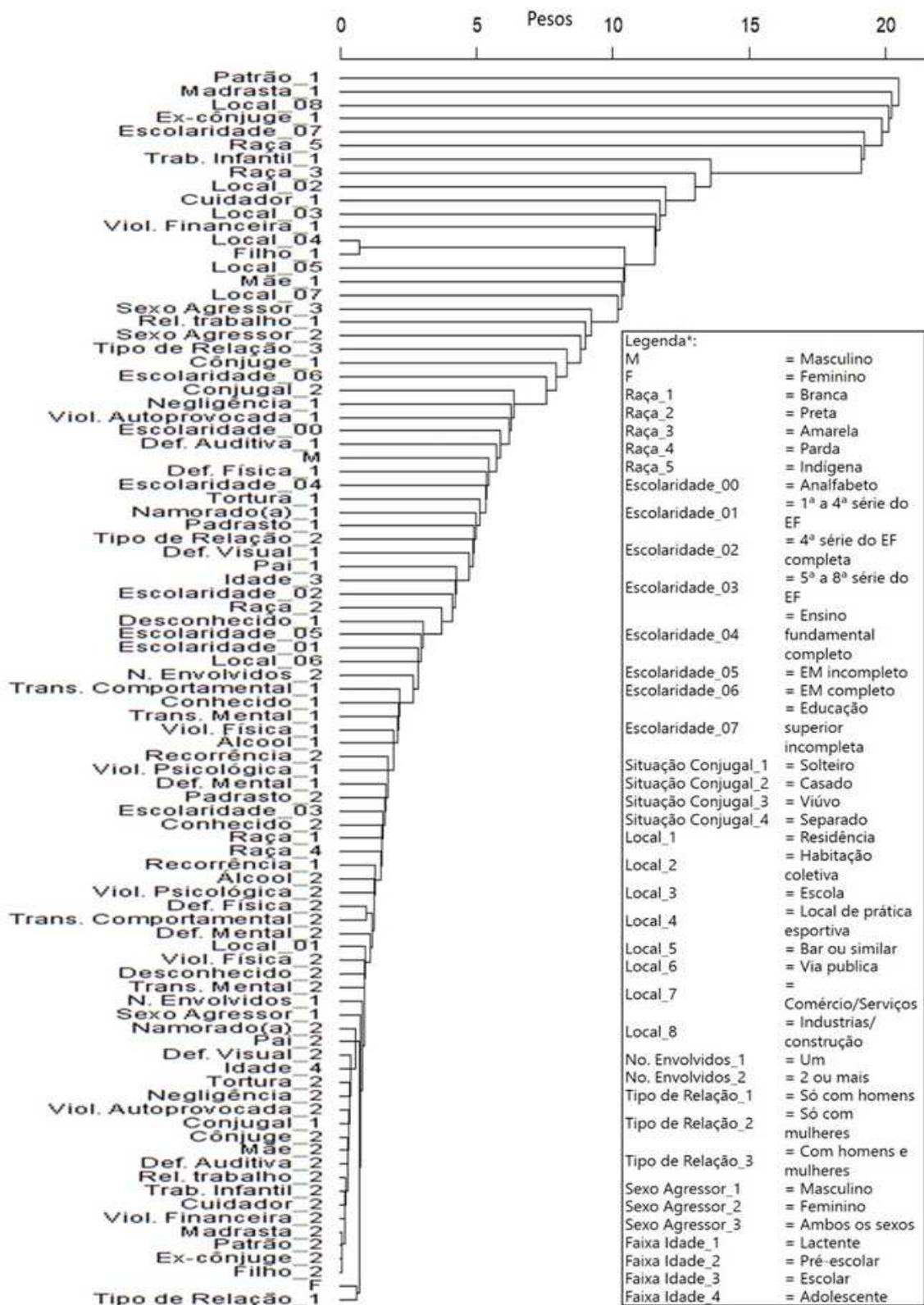
No que tange à relação estabelecida com o(s) agressor(es), observou-se uma participação elevada de pais (11,44%), padrastos (10,97%), namorados (7,67%), desconhecidos (13,42%) e conhecidos (26,42%). Destaca-se, também, ainda quanto às características do(s) agressor(es), a verificação de notificações em que se constatou o uso de força corporal (28,62%) e ameaças (23,78%) pelo agressor. Além disso, identificou-se o predomínio de um único agressor (77,98%) e do sexo masculino (88,05%).

A aplicação da técnica de ACM no conjunto de ocorrências descritas resultou em um sistema com 57 dimensões, das quais foram selecionadas as duas que capturaram maiores percentuais da inércia do sistema para a construção de um mapa perceptual. Os resultados obtidos, considerando essa configuração, podem ser observados na figura 1.

É possível observar, conforme os valores de coordenadas apresentados na figura 1, a aproximação entre a ausência de recorrência (Recorrência_2) para com o fator referente ao desenvolvimento de atividades sexuais apenas com mulheres (Tipo de Relação_2) e a definição de local como sendo o ambiente escolar (Local_03).

4 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

Figura 2. Dendrograma dos fatores associados à violência sexual infantojuvenil no Brasil.



*Para variáveis não descritas na legenda: código 1 = Sim; código 2 = Não.

Fonte: Os autores, 2023

5 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

O dendrograma apresentado na figura 2 demonstra que as ocorrências de violência sexual infantojuvenil não estão associadas à presença de padrões e madrastas como perpetradores ou com Indústrias/ construção como local de ocorrência, devido aos valores de pesos mais elevados que ligam esses elementos. Além disso, o mesmo é válido para o nível de escolaridade superior incompleto para a vítima.

Em contrapartida, observa-se, devido aos baixos valores de pesos associando esses componentes, relação importante com a presença de vítimas do sexo feminino, solteiras, adolescentes, que têm práticas sexuais apenas com homens, em ambiente residencial, na ausência de filho, ex-cônjuge, patrão, madrasta ou cuidador no momento da ocorrência. Observa-se, também, forte associação com a ausência de violência financeira, trabalho infantil, violência física autoprovocada e negligência, bem como com a ausência de deficiências ou transtornos de natureza mental (figura 2).

As recorrências apresentam relação com a ausência de uso de álcool pelo agressor e o uso de álcool com a concomitância de violência física. Ocorrências em via pública parecem estar mais associadas a vítimas de baixa escolaridade, com destaque para indivíduos cursando entre a 1ª e a 4ª série do ensino fundamental (figura 2).

DISCUSSÃO

Os achados do presente estudo indicaram a importância das vítimas do sexo feminino na efetivação desse tipo de ocorrência, bem como da coocorrência de outras formas de violência. Nesse sentido, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) demonstram um cenário semelhante no contexto global, indicando que, aproximadamente, 30% das mulheres já foram vítimas de violência sexual ou física perpetradas por parceiro íntimo ou alguma forma de violência sexual perpetrada por indivíduos com os quais não possuíam relações íntimas⁸. Além disso, corroborando os achados aqui apresentados, já foram apresentados, na literatura, outros resultados que também indicam, globalmente, índices de prevalência maiores para mulheres quando comparados aos valores masculinos⁹.

A estratificação etária, conforme os achados aqui descritos, também se constitui em um elemento de importância nesses contextos, com particular relevância sendo atribuída à população adolescente. Em um outro estudo brasileiro, referente ao período de 2017 a 2020, as vítimas do sexo feminino correspondiam a 77% dos casos na faixa etária entre 0 e 9 anos e 86,9% para as vítimas entre os 10 e 19 anos de idade. Dessa forma, em concordância com o que foi identificado no presente estudo, é possível perceber que, além de a população feminina apresentar uma prevalência mais importante, ela é superior em estratos etários maiores¹⁰.

No que se refere ao sexo masculino, no presente estudo, observou-se uma participação mais discreta, fato que pode estar associado a um cenário de subnotificação e baixa

qualidade das informações registradas. Nesse sentido, já foram evidenciadas na literatura as dificuldades em se estabelecer taxas de prevalência e incidência referentes a esse estrato populacional, bem como a falta de informações associadas a esse tipo de crime^{11,12}. Nesse contexto, é importante destacar as influências da estigmatização social nesses resultados, que se estabelece como um reflexo da herança cultural patriarcalista nacional que acaba por desencorajar a realização da notificação formal¹².

Além disso, como uma possível justificativa para os achados aqui descritos, é importante destacar as influências da vulnerabilidade feminina, no que se refere à força física, relações de gênero e culpabilização da vítima, que podem estar associadas a maiores chances de sua vitimização no contexto da violência sexual infantojuvenil¹³. Dessa forma, tem-se, nos contextos associados a esse tipo de agravo, interrelações bastante complexas de elementos culturais, sociais e históricos que impactam, de maneira direta e indireta, em sua gênese e perpetuação. A cultura do machismo e misoginia, instaurada no país, define papéis de gênero que atribui a figura masculina o direito de exercer o seu poder sobre as mulheres como achar conveniente sem que se observem retaliações por parte da sociedade quando instituído¹⁴.

Além disso, considerando os valores sociais vigentes, observa-se uma tendência de revitimização da mulher, que pode ser observada nos resultados aqui descritos. Nesses cenários, a vítima passa a ser enxergada pela sociedade como culpada em virtude de se submeter às chamadas situações de risco, ou seja, por se distanciar do estereótipo historicamente estabelecido, ao usar maquiagem e roupas consideradas provocativas, ou ainda, ingerir bebidas alcoólicas ou estar em vias públicas em horários de baixa circulação de pessoas¹⁴.

Além disso, particularmente no que se refere ao estupro no país, em um outro estudo, observou-se um padrão de ocorrências que vitimizou, majoritariamente, crianças e adolescentes, com destaque para indivíduos com idades inferiores a 13 anos de idade, do sexo feminino¹⁵. Considerando esse contexto, destaca-se o perfil de ocorrências associadas a vítimas de baixa escolaridade identificado no presente estudo, que, devido à faixa etária da população em análise, pode-se estabelecer como um reflexo de sua baixa idade e, portanto, sugerir a existência de uma bimodalidade quanto ao fator etário.

Nesse sentido, é importante destacar que os índices de vitimização referentes a essa faixa etária podem estar associados à imaturidade inerente a esse estágio de desenvolvimento, de forma que a sua manipulação, por parte dos perpetradores, é facilitada, o que favorece o estabelecimento do sentimento de culpa nos violentados após a efetivação das ocorrências e, dessa forma, coíbe a realização da denúncia e a busca por ajuda¹⁶. Além disso, é válido pontuar que, em muitos dos casos, como pode ser observado nos resultados aqui descritos, o perpetrador da violência se estabelece como uma figura dominante na configuração familiar da vítima, de modo que ela

6 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

acaba por se sujeitar àquele tipo de situação visando a evitar impactos negativos na dinâmica familiar e possíveis punições decorrentes daquela configuração de poder instituída¹⁶.

Em um levantamento epidemiológico realizado em Tocantins, considerando os anos de 2018 a 2020, constatou-se, em ordem decrescente de registros, o predomínio de pardos, pretos e brancos¹⁷. No estado do Goiás, um estudo realizado com base em informações disponibilizadas pelo Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, referentes ao período de 2013 a 2014, constatou o predomínio da raça parda e participação bem menos importante da raça negra¹⁸. Dessa forma, diferentes recortes espaciais e temporais encontrados na literatura evidenciam cenários em que a participação de brancos e pardos se faz bastante importante nos contextos de vitimização pela violência sexual, de maneira que corroboram os achados encontrados no presente estudo.

Nesse contexto, é válido destacar que a composição étnica nacional é predominantemente composta de brancos e pardos, mas que, entretanto, correspondem a 42,7% e 46,8% da população, respectivamente, de forma que não justifica completamente os achados encontrados em estudos envolvendo esse tipo de temática¹⁹. É importante pontuar, também, que conclusões referentes aos registros nacionais relacionados à etnia e cor devem ser interpretadas com cautela²⁰. Isso se deve ao fato de que a coleta dessas informações se baseia em autodeclarações ou são estabelecidas com base nas percepções do profissional que realiza o preenchimento da ficha, de forma que a real origem étnica individual pode ser distorcida nesse tipo de levantamento²⁰.

Ainda nesse sentido, destaca-se que, na sociedade brasileira, o vínculo com um dado conjunto étnico-racial se estabelece como um fator determinante de acesso a condições potencializadoras das capacidades de participação social e desenvolvimento de um indivíduo, de forma que gera contrastes importantes quanto a direitos e oportunidades no país²¹. Dessa forma, constata-se ainda uma elevada distinção entre os padrões de vida identificados para negros e pardos quando comparados àqueles observados para indivíduos brancos, que possuem, em média, rendimentos duas vezes maiores, revelando, assim, os importantes efeitos da discriminação em questões socioeconômicas no Brasil²².

Em concordância com os achados aqui descritos, quanto ao estabelecimento de vínculo entre vítimas e agressores, destacam-se as informações do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que identificaram em, aproximadamente, 80% dos casos analisados algum tipo de relação²³. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE), realizada no ano de 2019, também obteve informações semelhantes, destacando como principais agressores, namorados(as), 26,1% dos casos, ou outro membro da família, 22,3%. Ademais, é válido destacar, que, no PENSE, a participação de mães, pais ou responsáveis como agressores foi constatada em 10,1%, amigos em 17,7% e desconhecidos em 19,2%²⁴.

Além dos laços de consanguinidade e traços de afinidade ou responsabilidade, como nos casos de tutela, guarda ou adoção, frequentemente evidenciados entre perpetradores e vítimas, apesar de menos frequentes, é possível a ocorrência de casos extrafamiliares com a figura de indivíduos conhecidos ou desconhecidos como violentadores, assim como foi identificado no presente estudo²⁵. Esses contextos de ocorrência se estabelecem com base em vantagens psicoemocionais, fundamentadas na condição de respeito social ou econômico atribuída aos perpetradores, que podem ser profissionais reconhecidos, como é o caso de líderes religiosos, professores, médicos ou ainda vizinhos, amigos ou desconhecidos²⁵. Dessa forma, não se trata especificamente do fenômeno associado à compra de sexo, tem-se na desigualdade de poder um instrumento que propicia ao agressor a dominância em relação à criança ou ao adolescente^{2, 25}.

De modo semelhante ao que foi evidenciado nos resultados aqui apresentados, já foi demonstrado na literatura um maior predomínio da coexistência de mais de uma forma de violência, notadamente física e psicológica, associadas à sexual. Nesse contexto, assim como se pode observar nos achados aqui descritos, pontua-se que esse tipo de ocorrência se estabelece majoritariamente no meio intrafamiliar, devido ao convívio com o agressor e à naturalização da violência, o que leva a um maior comprometimento da saúde das vítimas, em virtude da frequência e significância atribuída pelo agredido, bem como pela complexidade dos vínculos estabelecidos entre agredido e agressor¹⁶.

Ou seja, o presente estudo corrobora as informações descritas na literatura de que as ocorrências envolvendo vítimas infantojuvenis se estabelecem predominantemente em circunstâncias bastante conhecidas da vítima, em suas atividades e rotinas cotidianas, dentro de seus núcleos familiares ou com indivíduos que estabelecem algum tipo de vínculo, intimidade e relação de confiança¹⁵.

É válido pontuar que o sofrimento nesses cenários se estabelece de forma retroalimentada, circular: os indivíduos são vitimizados em contexto familiar, em que firmam relações conflituosas e violentas, e as reproduzem no meio social, em que acabam, também, sofrendo violações, de modo que se instaura um sistema de influências mútuas e dinâmicas²⁶. É importante salientar que, quando crianças ou adolescentes, se desenvolvem em ambientes nos quais se estabelecem relações violentas. A percepção da natureza desse tipo de interação pode ser perdida, e, dessa forma, pode-se dar a naturalização desse fenômeno, que passa a se propagar para gerações futuras e perpetuar-se no meio social como um instrumento de comunicação, por meio de conflitos e brigas²⁷.

Destaca-se, também, que locais como vias públicas, apesar de a literatura e os achados do presente estudo indicarem a residência da vítima como local preferencial, facilitam a exposição das vulnerabilidades de crianças e adolescentes, além de permitirem contato com a prostituição, o uso de álcool

7 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

e outras drogas, bem como exploração sexual, o que pode justificar a existência de um padrão de ocorrências associado, como foi evidenciado na seção de resultados^{16,28,29}. Além disso, destaca-se a participação de adolescentes de maior idade em festas e boates, que acabam favorecendo o uso de álcool e entorpecentes, e propiciam maior risco a situações de violência intrínsecas da sociedade^{18,28}.

Assim como pode ser observado no presente estudo, achados indicando uma relação entre a ocorrência de casos de violência e a baixa escolaridade das vítimas já foram evidenciados na literatura; entretanto, as discussões acerca desse tema ainda apontam a existência de controvérsias²⁸. É válido pontuar que as prevalências mais importantes associadas a estratos populacionais de menor instrução podem ser justificadas, tão somente, pela maior tendência identificada de realização de denúncias por parte de indivíduos menos favorecidos socioeconomicamente ou, nesse caso, como um reflexo da faixa etária associada à população em análise²⁸.

No presente estudo, constatou-se um padrão de ocorrência envolvendo o uso de álcool pelo agressor e a coocorrência de violência física. Nesse sentido, é válido destacar a positividade do parâmetro referente à suspeita de uso de álcool identificada em 52,11% dos agressores, em um outro estudo nacional, que constatou ainda o uso dessa substância em 17,5% dos casos em análise¹⁷. É válido pontuar que o uso dessa substância já foi indicado na literatura como ferramenta frequentemente utilizada por agressores visando auxiliar na efetivação de relações sexuais sem consentimento^{11,28,29}. Isso decorre do fato de que os efeitos psicoativos do álcool podem levar a

importantes distorções cognitivas, redução dos níveis de atenção, bem como alterações no senso crítico e mudanças neuroquímicas, que podem ser responsáveis pelo surgimento e manutenção de agressividade e comportamentos violentos³⁰.

CONCLUSÕES

A violência sexual infantojuvenil no Brasil se estabelece, portanto, como um importante problema social, cultural, de segurança e saúde pública, sendo historicamente determinado e onerando significativamente os sistemas nacionais de combate e controle. No presente trabalho, foi possível explorar os principais parâmetros sociodemográficos associados às ocorrências de violência sexual infantojuvenil no Brasil com um grau satisfatório de precisão e exatidão, permitindo, assim, a possibilidade de sua aplicação em ferramentas e serviços de saúde, assistência social, de natureza política e de segurança pública.

Como limitações para o presente estudo, destaca-se o fato de que os dados utilizados desconsideram os atendimentos às vítimas, realizados em instituições de segurança pública, bem como os casos não notificados, o que corresponde a uma perda importante de informações. Além disso, destaca-se que foi necessária a remoção de uma quantidade substancial de registros com campos em branco ou preenchidos inadequadamente. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de se desenvolver estratégias de educação para os profissionais responsáveis pelo preenchimento das fichas de notificação, visando aprimorar a qualidade dos dados resultantes desse processo.

REFERÊNCIAS

1. Yoder J, Grady MD, Precht M. Relationships between early life victimization, antisocial traits, and sexual violence: Executive functioning as a mediator. *J Child Sex Abus.* 2019 Aug- Sep; 28(6): 667-89. doi: 10.1080/10538712.2019.1588819.
2. Ministério da Saúde (BR). *Violência Sexual*. Brasília: Ministério da Saúde; 2020.
3. Oliveira SM, Galdeano EA, Trindade EM, Fernandez RS, Buchaim RL, Buchaim DV, et al. Epidemiological study of violence against children and its increase during the COVID-19 pandemic. *Int J Environ Res Public Health.* 2021 Oct;18(19): 10061. doi: 10.3390/ijerph181910061.
4. Marques ES, Moraes CL, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures. *Cad Saude Publica.* 2020 Apr; 36(4): e00074420. doi: 10.1590/0102-311X00074420.
5. Souto RMCV, Barufaldi LA, Nico LS, Freitas MGd. Perfil epidemiológico do atendimento por violência nos serviços públicos de urgência e emergência em capitais brasileiras, Viva 2014. *Ciênc saúde colet.* 2017 Set; 22(9): 2811-23. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13342017>.
6. Fávero LP, Belfiore P. *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil; 2017.
7. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2016.
8. Stöckl H, Quigg Z. Violence against women and girls. *BMJ.* 2021 Aug; 374: J. *Health Biol Sci.* 2024; 12(1):1-8
9. Borumandnia N, Khadembashi N, Tabatabaei M, Majd HA. The prevalence rate of sexual violence worldwide: a trend analysis. *BMC Public Health.* 2020 Nov; 20(1): 1835. doi: 10.1186/s12889-020-09926-5.
10. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: UNICEF; 2021.
11. World Health Organization. *Global status report on violence prevention 2014*. Geneve: WHO; 2014.
12. Rosa CE, Souza JF. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa em Foco.* 2020 Jul-Dez; 25(2): 144-167.
13. Miranda MH, Fernandes FE, Melo RA, Meireles RC. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Rev esc enferm USP.* 2020; 54. doi: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>.
14. Sousa RFd. Cultura do estupro-a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Rev. Estud Fem.* 2017 Jan-Apr; 25(1): 9-29. doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>.
15. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2021.
16. Walker-Descartes I, Hopgood G, Condado LV, Legano L. Sexual violence against children. *Pediatr Clin North Am.* 2021 Apr; 68(2): 427-36. doi: 10.1016/j.

8 Os determinantes da violência sexual infantojuvenil no Brasil

pcl.2020.12.006.

17. Higaki ÁK, de Souza Caldeira N, Nastari NC, da Silva PAM, Peireira YCL. Caracterização das vítimas de violência sexual no município de Palmas–TO. *Research, Society and Development*. 2022; 11(7): e22611729807-e. doi: : <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29807>.

18. Fernandes HC, Costa DMR, Neves RA. Violência sexual infanto-juvenil no estado de Goiás: análise epidemiológica. *RBMC*. 2019; 5(12): 8-14. doi: <https://doi.org/10.36414/rbmc.v5i12.5>.

19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

20. Mata KC, Daltro MR, Ponde MP. Perfil epidemiológico de mortalidade por suicídio no Brasil entre 2006 e 2015. *Rev. Psicol. Divers. Saúde*. 2020 Mar; 9(1): 74-87. doi: [10.17267/2317-3394rps.v9i1.2842](https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v9i1.2842).

21. Fonseca GJdS. Efeitos da desigualdade racial de renda sobre a pobreza no Brasil [dissertação]. Viçosa (MG): Universidade Federal de Viçosa; 2020.

22. Fernandes RC, Campolina B, Silveira FG. Imposto de renda e distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; 2019.

23. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2022.

24. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019. Rio de Janeiro: IBGE; 2020.

25. Cunha MLC. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília; SNDCA/MMFDH; 2021.

26. Penso MA, Conceição MIG, Costa LF, Said AP, Williams LCdA. Abuso sexual de meninos: Características da configuração familiar e do ofensor. *Psic: Teor e Pesq*. 2019; 35. doi: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35428>.

27. Andolfi M. La terapia familiar multigeneracional: herramientas y recursos del terapeuta. Madri: Editorial CCS; 2018.

28. Bonar EE, DeGue S, Abbey A, Coker AL, Lindquist CH, McCauley HL, et al. Prevention of sexual violence among college students: Current challenges and future directions. *J Am Coll Health*. 2022 Feb-Mar; 70(2): 575-88. doi: [10.1080/07448481.2020.1757681](https://doi.org/10.1080/07448481.2020.1757681).

29. Scoglio AA, Kraus SW, Saczynski J, Jooma S, Molnar BE. Systematic review of risk and protective factors for revictimization after child sexual abuse. *Trauma, Violence Abuse*. 2021 Jan; 22(1): 41-53. doi: [10.1177/1524838018823274](https://doi.org/10.1177/1524838018823274).

30. Queiroz DdR, Barros MVGd, Aguilar JA, Soares FC, Tassitano RdM, Bezerra J, et al. Consumo de álcool e drogas ilícitas e envolvimento de adolescentes em violência física em Pernambuco, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2021; 37(4): e00050820. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00050820>.

Como citar este artigo/ How to cite this article:

Martins MV, Pereira GA. Violência sexual infantojuvenil no Brasil: um panorama de seus determinantes e da maneira como se relacionam. *J Health Biol Sci*. 2024; 12(1):1-8.

J. Health Biol Sci. 2024; 12(1):1-8